

CONSELHO DE CLASSE

Conselho de Classe: compreender para encaminhar?

O aluno C. 16 anos, frequenta a mesma escola desde 1994, quando ingressou na primeira série, que realizou por três anos consecutivos. Em 1998, frequentou a 3ª série do ensino fundamental onde foi reprovado, e foi promovido para a 4ª série e para a 5ª série que está cursando pela terceira vez, sem expectativas de aprovação. É considerado “difícil”, segundo os professores, porque demonstra em sala de aula total desinteresse, só quer brincar, implica todo tempo com os alunos menores, não faz nada em aula, não entrega os trabalhos solicitados, não quer nada com nada, vai ser reprovado de novo. No primeiro Conselho de Classe deste ano, os professores questionados sobre o aluno, repetidamente, disseram: “Ah! Esse aí, deixa pra lá, não quer saber de nada, vai ficar a vida toda na quinta série.” (...) Com esse estudo foi percebido que o aluno tem defasagem na alfabetização, isto é, escreve em nível silábico-alfabético e desconhece o processo de multiplicação e divisão. (...) Foi sugerido aos professores auxílio ao aluno em sala de aula, o que já tem apresentado algum retorno (supervisora) (Grifo meu)

A palavra compreender significa reunir os vários elementos de uma dada explicação. Nesses estudos de caso, buscou-se essa compreensão, essa reunião de dados que permitisse melhor entender os alunos para que “inventássemos”, criássemos novas estratégias para desafiá-los a prosseguir, promovendo desafios adequados a cada um.

E, à medida que discutíamos os casos, o assunto “Conselhos de Classe” se fez presente. Qual o sentido dos Conselhos de Classe, se não reunir elementos para compartilhar no conjunto de docentes as interpretações sobre suas trajetórias de aprendizagem durante um período escolar e, definir, em consenso, ações pedagógicas a serem desencadeadas? O que aconteceu com esses momentos? Onde foram parar “os conselhos”?

Reforço a seguir alguns princípios que considero pertinentes (ou impertinentes, como o leitor preferir):

- a) Conselho de Classe é espaço pedagógico de compartilhamento de juízos avaliativos sobre aprendizagens e de troca de experiências docentes nesse sentido. Constitui-se, institucionalmente, para que professores tenham tempo e espaço de compartilhar suas observações sobre os alunos e decidir com seriedade quanto às futuras estratégias pedagógicas. Não deve ser apressado, tenso, de natureza burocrática (atrelado a prazos de entrega de notas e conceitos) ou apenas para resolver questões de relacionamento entre professores e alunos, entre alunos.

- b) Conselho de Classe delibera ações futuras e compartilhadas sobre casos individuais e/ou de grupo. Seu propósito é uma leitura integral e interdisciplinar de aluno por aluno pelo coletivo dos professores em determinados momentos do processo (não ao final de, porque nunca termina), trocando pontos de vista, refletindo sobre concepções pedagógicas e deliberando sobre as estratégias de continuidade da ação educativa. Tais decisões não podem se desviar das questões epistemológicas e didáticas inerentes às aprendizagens, razão essencial de tais discussões, não se desconsiderando o papel formativo da escola. O tempo de deliberações deve ocupar a maior parte dos conselhos, registrando-se as decisões para que possam ser retomadas nos próximos encontros, num processo de ação-reflexão continuada.
- c) Para que isso aconteça é necessária a presença de um mediador que assegure o diálogo profícuo entre os professores. Dada as “dissonâncias” naturais e a diversidade de pontos de vista, é preciso garantir o “tom afetivo” entre os participantes e em relação aos alunos, a alternativa de interlocutores, a interação e a participação de todos, evitando o fenômeno da sugestão e de liderança de pontos de vista.
- d) Da mesma forma, assegura-se mais atenção a quem mais precisa. É saudável e necessário seguir o princípio de dedicar um tempo maior a alguns alunos e/ou a algumas turmas. Se o tempo de que dispõe é pequeno, priorizam-se os casos que exigem uma atenção especial naquele momento. Sugerem-se Pré-Conselhos (indicação prévia de alunos que estariam precisando mais). Sobre esses alunos, é interessante reunir material escolar para análise pelos professores durante o conselho.
- e) Um princípio precisa ser lembrado todo o tempo: questões atitudinais, fatores emocionais, de saúde e familiares não explicam todas as questões de aprendizagem. O lado da história dos alunos que se tende a priorizar nas conversas é o que se refere a essas questões. Elas tendem a se fazer presentes com muita intensidade para explicar toda e qualquer outra dimensão de aprendizagem. É papel do mediador não permitir que se desvie de uma compreensão com base na visão integral do educando, ou que se deixe de fazer encaminhamentos da natureza pedagógica e de responsabilidade da escola.

Abrindo um parêntese, insiste-se que questões atitudinais não explicam todas as questões de aprendizagem. Muitas crianças, jovens, e adultos enfrentam pobreza, conflito, problemas familiares ou entre os adultos com quem convivem. E estão aprendendo sempre e muitas coisas todos os dias nas escolas. Por vezes, estão fora das escolas aprendendo sobre a violência, sobre o tráfico, a sobreviver. E são mestres nisso. Por que, então, não se alfabetizam, não escrevem, não lêem? Qual a leitura que se faz de seus interesses, de suas possibilidades cognitivas? Que práticas pedagógicas se ajustam aos seus jeitos de viver de aprender? É preciso ir além das questões afetivas e atitudinais. Conhecê-las, sim, compreendê-las, também, mas não insistir jamais nelas como razões únicas ou indiscutíveis. O sentido dos

Conselhos é o de definir ações diversificadas pelo coletivo dos professores em termos do trabalho de formação dos alunos e do acompanhamento de suas aprendizagens nas diferentes áreas.

- f) O Conselho de Classe constitui sua história. Os princípios de continuidade, evolução, crescimento também se fazem sentir nesses momentos. Para tanto, é preciso constituir arquivos, de forma a fazer e refazer trajetórias percorridas pelo grupo, buscando estratégias que foram positivas e reconstruindo novas e diferentes formas de atuar.

REFERÊNCIA

HOFFMANN, Jussara. **Conselhos de Classe: compreender para encaminhar?** *In:* HOFFMANN, J. O jogo do contrário em Avaliação. 2ª. ed. Porto Alegre: Mediação, 2006. p. 37-39.



**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS
COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA**

Trilha formativa
Atuação da Equipe Técnico-Pedagógica no Processo Avaliativo

TEMA: CONSELHO DE CLASSE

Autor: Carlos Henrique Carrilho Cruz

Livro: Conselho de Classe - espaço de diagnóstico da prática educativa escola
Capítulos 1-2

O Conselho de Classe

Queremos repensar a estrutura do Conselho de Classe, para dar mais sentido e coerência ao processo de avaliação que a escola desenvolve e ajudar a mudar-lhe a prática educativa.

[...]

Democraticamente orientado, o Conselho de Classe pode reforçar e valorizar as experiências praticadas pelos professores, incentivar a ousadia para mudar e ser instrumento de transformação da cultura escolar sobre a avaliação. É o momento e o espaço de avaliação diagnóstica da ação educativa da escola, feita pelos professores e pelos alunos, à luz do Projeto Político Pedagógico.

Essa avaliação realizada de forma participativa, como construção conjunta, cumpre a função de ajudar na formação da subjetividade e criticidade do professor e do aluno. Como processo auxiliar de aprendizagem, o conselho deve refletir a ação pedagógico-educativa e não apenas ater-se a notas, conceitos ou problemas de determinados alunos.

O conselho verifica se os objetivos, processos, conteúdos e relações estão coerentes com o referencial de trabalho pedagógico da escola. Sob esse ponto de vista, ele é uma forma de avaliação, de controle da realização da proposta pedagógica (Perrenoud, 1998).

A avaliação no Conselho de Classe é uma ação pedagógica histórica, isto é, inserida dentro do processo de vida da escola, intencionalmente executada e com um fim claro. É ainda um espaço de reflexão pedagógica em que o professor e o aluno se situem conscientemente no processo que juntos desenvolvem. Não é apenas um espaço burocrático de “entrega de notas dos alunos à coordenação”. Para isso, não há necessidade de Conselho de Classe.

[...]

Nesse sentido, a retrospectiva da ação do aluno no bimestre, as notas, conceitos, os “problemas” que teve em determinada disciplina, possíveis comportamentos inadequados ao contexto da escola, agressões verbais, físicas ou simbólicas etc. ganham sentido se ajudarem os professores e alunos a reorientarem sua ação pedagógica para o período seguinte. Ficar na narrativa superficial dos fatos acontecidos, sem buscar causas ou levantar, ao menos, hipóteses de causas que possam ter provocado os “problemas”, faz do conselho um tempo de mera constatação e se constitui em perda de tempo. Utilizado apenas para classificar os alunos, o conselho como espaço de avaliação fica distorcido em seus fins.

Além de inócua, a simples narrativa de fatos acontecidos pode ganhar uma outra conotação negativa: os professores que não tiveram problemas com aqueles alunos podem passar a “marcar” determinados alunos, a partir dos fatos narrados no conselho.

Entendemos o conselho como etapa dinamizadora do trabalho educativo. A dimensão de processo de avaliação supõe que os conselhos estejam relacionados uns com os outros e provoquem ações concretas que possam interferir na prática educativa. Essa inter-relação não se reduz a conhecer a nota que o aluno tirou no bimestre anterior, nem ao relato do que ele fez de errado. É necessário que um conselho esteja estruturalmente relacionado com o anterior para que fique configurada a dimensão de processo orgânico de educação.

Como espaço de avaliação do trabalho individual e coletivo da equipe de professores e da Coordenação Pedagógica sobre o próprio trabalho, o conselho é a busca conjunta de alternativas de ações concretas/ atitudes que levem à consecução dos objetivos propostos no Projeto Político-Pedagógico.

Além disso, o Conselho de Classe ajuda a que:

- a equipe se conheça melhor como equipe, para agir como tal;
- avalie sua ação como equipe que interage com os alunos da série ou da turma;
- descubra meios mais eficientes e eficazes para que os alunos cresçam como pessoas e como estudantes, pessoal e coletivamente.

O Conselho de Classe é um momento alegre, prazeroso e, ao mesmo tempo, sério, pois é momento de emersão e crescimento da consciência pessoal e coletiva da equipe.

Na tentativa de ajudar a construir uma nova configuração ao processo de avaliação da prática educativa que se desenvolve no Conselho de Classe, pensamos em algumas etapas que podem ajudar os professores, coordenadores e direção da escola nessa empreitada.

- 1 - autoavaliação dos profissionais da escola;
- 2 - análise diagnóstica das turmas;
- 3 - proposta de ação individual e coletiva;
- 4 - análise dos casos relevantes.

A proposta que segue tem sido colocada em prática com efeitos positivos no processo de avaliação da escola, como um todo.

As etapas devem ser introduzidas na medida em que vai tendo maior clareza e segurança. A leitura atenta da reação dos professores tem sido sinal razoavelmente claro para a introdução de novas etapas. Não deve haver pressa na mudança, o importante é que a equipe tenha uma relativa clareza e segurança de cada etapa e, sobretudo, firmeza na direção em que se processam as mudanças.

1. Autoavaliação dos profissionais da escola.

Nós, professores, coordenadores e diretores temos muita facilidade em pedir que os alunos avaliem e reflitam sobre suas falhas. O difícil é fazermos, nós mesmos, avaliação de nossas atitudes. Nossa lógica interna, consciente ou inconscientemente, explica, perdoa, justifica, compreende nossas falhas, de tal forma que elas mudam de categoria, deixam de ser erros e se tornam até virtudes... Como tudo o que fazemos tem explicação e uma razão de ser, temos dificuldades e de nos julgamos a nós mesmos. Contudo devemos ter clareza de que nossas práticas, em geral, educam mais do que nossas palavras.

[...]

O que o professor diz na avaliação de seu próprio trabalho deve servir como elemento para a coordenação ajudá-lo a superar as dificuldades apresentadas, confrontar o problema com os que os outros professores também apresentam para, juntos descobrirem os possíveis caminhos de superação. A coordenação deve ter claro que, também aqui, a avaliação não é para classificar o professor e sim para ajudá-lo a desempenhar melhor o seu trabalho.

2. Análise diagnóstica da turma

É muito útil que se elaborem indicadores para a análise das turmas e, a partir dos indicadores, sejam as turmas avaliadas, pois a prática tem demonstrado que as análises, muitas vezes, são superficiais. Os professores têm centrado suas atenções quase que apenas na constatação dos problemas disciplinares. Pelo que tenho observado, ainda é pequena a discussão sobre por que os estudantes não aprendem, onde se situam as dificuldades, que causas individuais e/ou coletivas provocam as dificuldades de aprendizagem. [...]

A prática de elaborar os indicadores para a avaliação das turmas ajuda os professores a apontarem de forma mais concreta onde estão as necessidades dos alunos.

Para utilização dos indicadores como instrumento de análise no Conselho de Classe é aconselhável que a Coordenação Pedagógica elabore com os professores os indicadores relativos aos valores e princípios que se deseja avaliar, tanto da escola como das turmas.

3. Proposta de prática

Depois de fazer a análise diagnóstica da turma, apresentam-se propostas de prática que se destinam a sanar as necessidades apontadas no diagnóstico, para que a ação pedagógica seja eficaz, conjunta, tenha sentido e direção.

[...]

As práticas propostas podem ser de natureza diversa:

A. Ação concreta que, como o próprio termo revela, é uma ação pública, visível, definida no tempo e no espaço, que deverá ser colocada em prática naquele bimestre ou período pelos professores ou pelos Serviços Pedagógicos para sanar alguma necessidade específica surgida na análise diagnóstica da turma. Elas são definidas a partir da natureza da necessidade apontada. Por exemplo:

- estabelecer em conjunto normas de convivência ou regras de disciplina.
- colocar por escrito, no quadro, os objetivos do trabalho no início de cada bimestre.

B. Atitude, que é uma forma de agir, uma linha da ação que deve estar presente em todos os momentos da ação pedagógica, para que a ação dos professores da série/turma tenha sentido e direção. Por exemplo:

- refletir sistematicamente com os alunos sobre atitudes que têm prejudicado a turma.
- incentivar e valorizar o progresso que os alunos apresentam, mais do que falhas durante o trabalho letivo.

C. As práticas podem ainda ser Atividades Permanentes: ações que se repetem periodicamente dentro de um tempo estabelecido pelo conselho:

- cada professor deve fazer todo final de mês uma avaliação com a turma sobre o processo de trabalho desenvolvido em sala de aula, para reorientar a prática de alunos e professores;
- a coordenação fará uma reunião com os representantes das turmas uma vez por mês.

Essas propostas são sugeridas pelos e com os professores e não para os professores. Não é imposto pela coordenação e sim uma construção conjunta do grupo.

4. Análise dos casos mais relevantes de cada turma

Essa etapa do conselho se detém na análise dos casos mais significativos de cada turma. Não se trata de verificar que notas/conceitos os alunos obtiveram. Os conceitos ou notas baixas podem até servir de indicadores (discutíveis) de que podem estar ocorrendo dificuldades. O Conselho de Classe tem obrigação de ver o aluno como um todo, além das notas/conceitos.

REFERÊNCIA

CRUZ, Carlos Henrique Carrilho. **Conselho de classe**: espaço de diagnóstico da prática educativa escolar. 3. ed. São Paulo, Edições Loyola, 2005.